

EDUCAÇÃO MULTI/INTERCULTURAL E O DIÁLOGO COM OS PROFESSORES SOBRE A DIVERSIDADE ÉTNICORRACIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Sara Moitinho da Silva
Universidade de São Paulo –USP

Este artigo apresenta análises e reflexões construídas com base nos resultados de uma pesquisa de mestrado defendida em 2009, no programa de Pós-Graduação da PUC-Rio, cujo objetivo era conhecer e compreender, primeiro, as relações e interações das crianças negras no cotidiano escolar de uma escola pública; segundo, compreender como as professoras lidam com a diversidade cultural e étnicorracial que permeia o cotidiano escolar. Identificamos a percepção dos professores a partir dos depoimentos que produziram relacionados ao contexto onde a pesquisa foi realizada. A escolha do referencial teórico-metodológico baseou-se nos autores que trabalham com a educação multi/intercultural, com as questões relativas à diversidade cultural, às diferenças e às relações raciais no cotidiano escolar. A metodologia esteve pautada na abordagem qualitativa de pesquisa de cunho etnográfico. A etnografia é um método em que o pesquisador participa ativamente da cultura do outro e do mundo social que estuda, vivenciando, compartilhando e observando vários momentos das relações sociais e culturais do outro. O pesquisador ouve, escreve e interpreta o ponto de vista do nativo, ou seja, o modo como as pessoas que vivem num determinado universo social o entendem. Os relatos coletados demonstram que as professoras reconhecem as situações da diversidade étnicorracial no contexto da escola, mas ao mesmo tempo, ainda não sabem lidar com esta situação, e acabam focando a questão no social. Ou seja, os problemas relacionados às questões de raça na escola, são reduzidos aos problemas sociais. Deste modo, acabam contribuindo para a permanência de manifestações preconceituosas no cotidiano escolar entre os diferentes alunos/as e adultos/as.

Palavras-Chave: Formação de professores, diversidade cultural e educação multi/interculturalidade

Multi/Interculturalidade

Partindo da afirmação de que as questões multiculturais apresentam especificidades nos diferentes contextos, considerei importante abordar as contribuições de autores de diversas procedências.

A educação multicultural na perspectiva da pedagogia crítica opõe-se veementemente à persistência das desigualdades de raça, gênero e classe. E para isto é necessário “desenvolver uma práxis dialética que permita fazer uma relação entre a vida cotidiana e esses processos de globalização. Também devem ser capazes de auxiliar os alunos a ver essa dialética e tornar-se pesquisadores e educadores críticos desse cotidiano”. (McLaren, 2004, p. 2)

McLaren (2001) apresenta algumas posições e ações necessárias aos educadores críticos:

- relacionar os processos de grupo que ocorrem dentro de sua sala de aula com a configuração capitalista de nossa sociedade;

- desenvolver uma práxis que permita fazer uma relação entre a vida cotidiana e os processos de globalização;

- orientar os alunos a ver essa dialética e tornarem-se pesquisadores desse cotidiano, de modo a ajudá-los a desenvolver um senso de responsabilidade pelos seus desejos, sonhos e ações. Será preciso usar as experiências de vida de nossos alunos e da comunidade como base do currículo.

Segundo a professora Vera Maria Candau (2005), temos que estar cientes de que existem diversos modos de entender o multiculturalismo, vários modelos de educação multicultural, assim como é importante que tenhamos consciência de que lidamos com diferentes conceitos de cultura e que esses conceitos precisam ser permanentemente definidos e explicitados em nossas pesquisas (Candau, 2005). Assim, o multiculturalismo é ao mesmo tempo um dado da realidade, pois vivemos em sociedades multiculturais e precisamos entender essa realidade, e uma maneira de situar-nos em relação a este contexto e intervir nele através de práticas sociopolíticas, culturais e educacionais.

Para a autora será preciso avançar para uma perspectiva intercultural no contexto escolar. A autora afirma que será preciso aprofundar no que ela significa e qual a contribuição dessa perspectiva para se pensar em uma educação que trabalhe com a diversidade étnico-racial e cultural no cotidiano escolar. CANDAU (2005) enumera alguns que considera fundamentais:

- entender a educação como uma prática social em íntima relação com as diferentes dinâmicas presentes em cada sociedade concreta;

- articular as políticas educativas, assim como as práticas pedagógicas, procurando reconhecer e valorizar a diversidade cultural, além ter presente as questões relativas à igualdade e ao direito à educação como direito de todos/as;

- a educação intercultural não pode ser reduzida a algumas situações e/ou momentos específicos ou a determinadas áreas curriculares, nem focalizar as atividades exclusivamente em referência a determinados grupos sociais. Busca um enfoque global que deve afetar a cultura escolar e a cultura da escola como um todo, e todos os atores e dimensões do processo educativo;

- questiona o etnocentrismo que, explícita ou implicitamente, está presente na escola e nas políticas educativas e coloca uma questão fundamental: que critérios utilizar para selecionar e justificar os conteúdos – em sentido amplo - da educação escolar?

- a educação intercultural afeta não somente o currículo explícito, como também o currículo oculto e as relações entre os diferentes sujeitos no processo educativo.

A educação intercultural, assim concebida “orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social” (Candau, 2002, p.102).

Relações Raciais e cotidiano escolar: o que dizem as pesquisas

Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA -, em uma edição especial nº. 13/2007, *Políticas Sociais- Acompanhamento e Análise*, um balanço dos últimos dez anos da política social brasileira na esfera federal entre os anos de 1995 e 2005, um dos momentos importantes em que a discriminação se faz presente na vida das pessoas é o momento de socialização via inserção escolar. De acordo com esta pesquisa, “são os estabelecimentos escolares, juntamente com as famílias, os espaços privilegiados de reprodução – e, portanto, também de destruição – de estereótipos, de

segregação e de visualização dos efeitos perversos que esses fenômenos têm sobre os indivíduos” (id. p.282).

Assim, neste contexto de desigualdade e discriminação racial, situo a importância das reivindicações e propostas históricas e as fortes campanhas empreendidas pelo Movimento Negro que têm pressionado o Estado brasileiro para formular projetos no sentido de promover políticas e programas para a população negra, e valorizar a história e a cultura do povo negro.

Sales Augusto dos Santos (2005), pesquisador e organizador da publicação da SECAD (2005) “Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03”, afirma que essa Lei é fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. O autor busca demonstrar que essa Lei não surgiu do nada, ou da boa vontade política, mas sim é resultado de anos de lutas e pressões do Movimento Social Negro por uma educação não eurocêntrica e anti-racista.

A Lei 10.639/03 supõe inúmeros desafios para a sua implementação. Ela não é de fácil aplicação, pois requer uma nova política e formulação de projetos no sentido de promover e valorizar a história e a cultura do povo negro. Assim, no ano de 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer – CNE/CP 1/2004 – que propõe as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras a serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo aos sistemas de ensino, no âmbito de sua jurisdição, orientar e promover a formação de professores e professoras e observar o cumprimento das Diretrizes. Este parecer é mais uma contribuição para o reconhecimento dos direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como para a valorização da diversidade, do que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. Esta nova legislação demanda uma mudança nos discursos, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Busca também que se reconheça a sua história e cultura, tendo como objetivo especificamente a desconstrução do mito da democracia racial na sociedade brasileira, que propaga a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os brancos, é por falta de competência, esforço ou interesse. Sendo assim, é preciso lutar para que os alunos e alunas recebam uma educação igualitária, que possibilite o desenvolvimento intelectual e emocional, independentemente de determinado pertencimento étnico-racial, para a construção de uma sociedade justa, igual, equânime.

Tecendo relações entre os depoimentos das professoras e as relações multi/interculturais

Este item tem como objetivo apresentar os depoimentos das professoras, diretoras e coordenadoras sobre as questões que nortearam esta pesquisa. As vozes destes profissionais foram fundamentais, pois convivem direta e cotidianamente com as crianças.

Os principais desafios declarados pelas professoras

As professoras entrevistadas assim se expressaram em relação aos desafios que enfrentam no cotidiano escolar:

“O nosso principal desafio aqui na escola é a violência”

“Quando você tem uma turma de 4ª série, com dificuldades de leitura e escrita, pois todos são repetentes, com problemas sociais e econômicos, o que fazer? Como encontrar soluções para essas diferenças na sala de aula? Quais as atividades que eu posso utilizar para ajudá-los?”

“Temos uma realidade injusta na sala de aula e não é só a dificuldade com a leitura e escrita, mas um desafio maior, que neste momento, é a violência.”

“Nós temos dificuldade para trabalhar com esta realidade de alunos inseridos em contextos com facções antagônicas e violentas e também para trabalhar com esta diversidade na sala de aula”.

Em relação aos desafios apresentados pelas professoras, todas comentaram sobre a complexidade da educação na nossa sociedade, seja em relação às diferenças de aprendizagem, à desigualdade social, aos alunos “carentes”, ou seja, de classes populares, à ausência da família e à questão da violência que as crianças da escola pesquisada tinham que enfrentar, pois eram de contextos extremamente violentos. Segundo as entrevistadas, este é um desafio especialmente forte para a escola, hoje, que traz consequências para o processo educativo.

Outro desafio para a escola, de acordo com os depoimentos das professoras entrevistadas, é a dificuldade em lidar com a diferença e diversidade na escola, como afirma uma das professoras:

“É muito difícil lidar com a diferença e a diversidade na escola, temos que aprender muita coisa. Nós só nos preparamos para receber um grupo específico e hoje lidamos com essa diversidade aqui na escola, na sala de aula, e temos que aprender e encará-la porque a diferença está dentro da escola” (Professora Bia, 14 de julho de 2008).

A diferença e a diversidade estão presentes na escola pesquisada, mas nas falas das professoras também está presente a dificuldade em lidar com elas. Trechos de depoimentos que colhi são bons exemplos para apoiar tal interpretação.

“Nós fomos preparadas para receber um grupo específico e hoje lidamos com essa diversidade aqui na escola”. Aqui na escola 80% são alunos moradores de favelas e em sua maioria negra” (Professora Jose, 10 de julho de 2008).

“ O sistema abriu vagas nas escolas, deu acesso para todos, mas não garantiu a permanência dos alunos. Para garantir a permanência, criou-se bolsa escola, bolsa família, vale gás e mais outras coisas, mas e agora? E o direito à aprendizagem? O que vão fazer para garantir esse direito? Eu me sinto impotente diante dessas situações” (Professora Carmen, 11 de julho de 2008).

“Os alunos são diferentes, a metodologia deveria ser voltada para esses alunos, só que nós temos uma metodologia antiga, não temos recurso para atender o aluno com dificuldades, com problemas comportamentais. Nós queremos usar métodos antigos com alunos novos. Então, o que acontece? Há um desinteresse do aluno, há uma desmotivação do professor, há uma desvalorização do profissional porque o poder público não olha para o professor. (...) Não é interessante que as pessoas sejam pensantes, que sejam críticas porque vão incomodar a sociedade, não é? Então, finge-se muitas vezes, que se ensina e o aluno finge que aprende. Eu não acredito nisso. Estou falando da realidade. Eu tento reverter esse quadro. Eu tento trabalhar com alunos de forma que eles sejam críticos, que se valorizem e o que se imagina é que a escola pública não deva ter qualidade... Mas, dentro do possível eu tento trabalhar com metodologias dentro da realidade... motivando o aluno para que ele possa conseguir” (Professora Juliana, 11 de julho de 2008).

Fleury (2003) afirma que o tema da diferença e da identidade sociocultural é de especial importância para a escola hoje, no sentido da valorização das políticas afirmativas das minorias étnicas, de modo que as relações raciais ou as diferenças na educação promovam uma convivência democrática entre os diferentes grupos e culturas. “Trata-se do desafio de se respeitar as diferenças e de integrá-las em uma unidade que não as anule, mas que ative o potencial criativo e vital da conexão entre diferentes agentes e entre seus respectivos contextos.” (id, p. 497

Educar para a pluralidade é fazer das diferenças um caminho para ajudar a construir pistas para o avanço da construção de práticas pedagógicas comprometidas com as crianças negras e das camadas populares.

As crianças que frequentam a escola

“São crianças carentes – carência afetiva e econômica. Em sua maioria é composta por crianças negras e moradoras de favelas. Mas na escola pública sempre foi esse público de crianças das classes populares em sua maioria crianças negras. Eu vou fazer 25 anos de serviço e sempre trabalhei com esse público (Professora Bia, 14 de julho de 2008).

“São crianças provenientes das classes populares e moradoras de favelas. Inseridos em contextos violentos e com facções antagônicas. São crianças carentes - carência afetiva e financeira, e a gente procura trabalhar com elas sobre os valores: o amor ao próximo, respeito e solidariedade” (Professora Josy, 10 de julho de 2008).

As respostas foram quase todas as mesmas, pois as crianças que frequentam a escola, segundo os depoimentos das professoras, são alunos “carentes” e moradores de favelas. Afirmam que, em geral, sempre são alunos que não têm assistência da família, pois os pais trabalham e não têm tempo de dar assistência aos filhos. As professoras reconhecem que quem frequenta a escola são os alunos negros, moradores de favelas, das classes populares. São meninos e meninas que chegam à escola com suas vidas e histórias já marcadas por processos de silenciamento, homogeneização e exclusão. MCLAREN (2004) afirma que “crianças em desvantagem econômica são criadas pela sociedade para falhar já em tenra idade, destinadas a perpetuar o odioso ciclo sem fim da pobreza criada por uma cultura obcecada com sucesso e riqueza” (p. 181).

A seguir, apresento outros depoimentos das professoras que evidenciam como estas profissionais veem as crianças com as quais lidam no cotidiano escolar:

“São crianças bastante carentes, não têm acompanhamento dos pais. Crianças que precisam de atenção, pois não têm atenção nenhuma dos pais, infelizmente. O tempo que a gente passa com eles, quatro horas, é pouco pra suprir essa carência. Eu procuro estar em contato com os responsáveis para falar dos problemas das crianças e pedir que eles nos ajudem para que a gente possa trabalhar em parceria. Muitas vezes a gente não tem retorno, porque é uma vida sacrificada que esses pais levam” (Professora Josy, 10 de julho de 2008).

“Eles são muito agressivos. São muito agressivos entre si” (Professora, Bia, 14 de julho de 2008).

“Eu vou falar visando uma colega minha que fala, eu até questiono um pouco, que a escola pública é destinada a mais moradores de favela e uma grande maioria negros... Discordo..., Discordo. Mas, aqui na escola, a grande maioria é de negros e da favela. Apesar de que, aqui, temos alunos que moram em prédios, mas a maioria dessa escola é da favela. Mas eu digo que a maioria é de alunos carentes, eu vejo como alunos carentes, independente de morar na favela ou não, eu os vejo como alunos carentes” (Professora Juliana, 11 de julho de 2008).

“Eles são crus. Eles não sabem nada. Parece que agora que eles estão compreendendo que estão na primeira série e estão estudando. Eles

parecem meninos de pré-primário. Tem criança que não sabe nem pegar no caderno e no lápis, não tem coordenação motora. Eles não sabem nada. Temos que ensinar tudo, até noções de higiene, eles não têm... O pai não vem na escola. Você manda recado várias vezes e parece que não tem família” (Professora Bia, 14 de julho de 2008).

A política da universalização da educação básica convoca todos para os bancos escolares, mas esta mesma política não “mexe na matriz da sociedade, procura-se assimilar os grupos marginalizados e discriminados aos valores, mentalidades, conhecimentos socialmente valorizados pela cultura hegemônica” (CANDAUI, 2008, p. 50). Nessa direção, apresento um trecho do caderno de campo que confirma essa interpretação:

Estamos no mês de maio e a professora da sala fez um cartaz para o dia das mães. Neste cartaz, a professora desenhou uma mãe negra com uma criança negra e outra branca ressaltando a diversidade da sala de aula e da escola.

“Caroline e Carol são meninas negras e têm 9 anos. Elas estão sentadas no fundo da sala, próximas do mural. Neste mural está o cartaz para o Dia das Mães. Caroline e Carol conversam sobre o cartaz e lêem o texto que a professora fez. Carol passou o dedo no desenho da mãe negra com seu filho negro. Caroline admira o desenho feito pela professora, pois o desenho retrata a família delas. Na entrada da escola, a coordenação fez um mural para as mães, mas não são as mães da escola, pois a mãe que está sendo representada neste mural é uma mãe branca com seu filho branco no colo. As mães da escola pesquisada são negras, mulatas e mestiças. Essa não foi a primeira vez que observei, anotei e registrei crianças conversando sobre esse cartaz feito pela professora na sala de aula. Já presenciei várias crianças conversando em grupinhos sobre esse cartaz; já presenciei várias crianças alisando o desenho da mãe negra com seu filho negro. O mural da entrada da escola está muito bem feito, eles colocaram um plástico de proteção para que não fosse danificado. Ele está intacto, lindo e sem nenhuma perfuração ou rasura. O cartaz da sala de aula teve que ser retirado ontem, pois já estava todo sujo, amassado e descolando do mural. Perguntei para a professora sobre o cartaz e ela disse que tirou porque já está fazendo um novo, para o mês de junho. “Vou fazer um sobre festa junina”. Ao contrário do cartaz da sala, onde sempre havia crianças passando a mão, lendo a mensagem ou olhando o desenho que estava retratando a sua família, nunca presenciei uma pessoa lendo ou conversando sobre o mural da entrada. As mães que estão ali representadas não são as mães da escola” (Caderno de campo, 29 de maio de 2008).

Em entrevista, uma das professoras afirma:

Porque geralmente as pessoas colocam nos cartazes ou murais mães branquinhas, bonitinhas com crianças brancas...Se não me engano na entrada da escola o mural é enfeitado com mães brancas e seus filhos brancos. Então, assim como os cartazes podem ser de crianças brancas, também podem ser de crianças negras. Eu fiz para chamar

atenção mesmo das crianças, porque existem as mães negras, crianças negras. E não só as mães brancas são bonitas. As mães negras também são bonitas (Professora Ângela, 7 de julho de 2008).

Considero importante ressaltar o depoimento desta professora, pois pensar a escola como um *locus* marcado pela diferença é destacar as contribuições da perspectiva intercultural e multicultural na educação, buscando “promover uma educação para o reconhecimento do outro” (CANDAUI, 2008), uma educação para a valorização das crianças negras como sujeitos de direitos, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais, culturais e étnicos.

Conflitos, preconceito, discriminação e racismo no cotidiano escolar

Professora, tá me chamando de cabelo duro.
Professora, ta me chamando de macaco.
Professora, tá me chamando de Paraíba. Eu não sou Paraíba.
Eu não moro na favela, professora.
Eu não vou sentar perto desse preto...
Sua bruxa!
Bruxa é você. Professora, tá me chamando de bruxa
(Caderno de campo, 27 de maio de 2008).

Durante a pesquisa, várias foram as anotações no caderno de campo sobre conflitos no cotidiano da escola Boa Vista, entre eles os raciais.

É importante também refletir sobre as questões que permearam esta pesquisa, tais como preconceito, discriminação, racismo, etnia e identidade, pois esses temas têm uma íntima relação com as desigualdades sociais e as oportunidades educacionais no Brasil (HASENBALG, 1979, 1999, 2005) e VALLE SILVA (1992, 1999), assim como com o fracasso escolar (ROSEMBERG, 2006), (CARVALHO, 2004, 2007) e (CAVALLEIRO (2003), que afeta em sua maioria crianças negras e das camadas populares.

Professora, tá me chamando de cabelo duro.
Seu macaco!
Marcele sua macaca. Eu não sou macaca. Você é, sim, macaca, lá na favela todo mundo chama você de macaca.
Sua bruxa!

Esses depoimentos apresentam como o espaço do cotidiano escolar é marcado por relações conflituosas entre as crianças e os adultos. Assim, foi possível observar que as crianças percebem e convivem com as diferenças. Ao chamar uma criança de “macaca, de bruxa e de cabelo duro,” estão sendo demarcadas as diferenças, mas um discurso e uma postura que reconheçam e valorizem positivamente as diferenças no cotidiano

escolar exige da professora trabalhar estas questões não somente quando emergem de modo conflitivo, mas reconhecendo e valorizando as diferenças no dia a dia da sala de aula.

Na escola onde foi desenvolvida a pesquisa duas professoras afirmaram que não existem diferenças, pois todos são iguais. Uma professora afirmou que tenta orientar as crianças para respeitar a todos/as. Outra professora afirmou que na sala dela não deixa acontecer, mas essas práticas em relação ao preconceito e à discriminação são reais e acontecem na escola e em qualquer local da sociedade brasileira. Esta professora que afirmou que o preconceito é real, se autodeclarou negra e foi a única professora que já participou de cursos sobre questões da diversidade na escola e na sociedade quando era aluna do Curso Pedagogia na Universidade Federal Fluminense. A diretora adjunta afirmou na entrevista que essas práticas sempre acontecem, mas que é sempre negro contra negro por que na escola a grande maioria é negra:

De vez em quando acontecem alguns conflitos, mas é muito de vez em quando. Mas quando tem a gente percebe que é negro contra negro. São eles mesmos que discriminam, pois na escola a grande maioria é negra. [...] O último caso recente que aconteceu aqui na escola foi um menino negro que veio reclamar que uma menina disse para ele: “Eu não quero ficar perto desse menino preto” E aí procuramos saber do caso, para conversamos. Mas aí a menina era da mesma cor dele, então os conflitos aqui são eles próprios, negros com negros. A menina era negra também. (diretora adjunta da escola)

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para a o Ensino e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004) é um grande equívoco esta afirmação de que negros se discriminam entre si e que são racistas também. Pois esta afirmação tem de ser analisada de acordo com a construção da ideologia do branqueamento que divulga a idéia de que as pessoas brancas seriam mais humanas, mais inteligentes e superiores, e, por isso, seriam mais capazes de comandar e dizer o que é bom para todos.

Considerações finais

A educação é reconhecida como um dos fundamentos sobre os quais se assenta o desenvolvimento político, social e econômico das sociedades. Contudo, as desigualdades sociais e regionais, a pobreza acentuada, enorme concentração de renda, as discriminações de raça, gênero e idade, a baixa qualidade do ensino público, entre outros problemas, ainda estão presentes na realidade brasileira.

Sendo assim, podemos afirmar que a temática da diversidade étnica e racial tem muito a contribuir para a construção de práticas emancipatórias, em busca de uma educação democrática, que respeite e aborde as diferenças étnicas, culturais e sociais ajudando na construção da identidade das crianças negras no contexto da escola e da sociedade. O multiculturalismo e a perspectiva intercultural têm muito a oferecer para este contexto tão desigual que ainda sobrevive com práticas que excluem, selecionam e hierarquizam.

Mas, segundo Candau, (2008):

Há que se desconstruir as práticas naturalizadas e enraizadas no trabalho docente para sermos educadores/as capazes de criar novas maneiras de situar-nos e intervir no dia a dia de nossas escolas e salas de aula (CANDAUI, 2008, p. 28).

Assim, faz-se necessário afirmar que a formação de profissionais para a diversidade étnica e racial no contexto escolar é de fundamental importância para uma prática comprometida com a inclusão, a valorização da diversidade racial e a luta para a construção de uma sociedade democrática, que garanta a todos/as o direito de uma educação cidadã, com práticas concretas que não discriminem nem excluam nenhum grupo social, étnico e religioso, principalmente dentre os que apresentam um histórico de exclusão e discriminação, como o povo negro na sociedade brasileira.

Os relatos abordados neste artigo demonstram que as professoras reconhecem as situações da diversidade étnicorracial no contexto da escola, mas ao mesmo tempo, ainda não sabem lidar com esta situação, e acabam focando a questão no social. Ou seja, os problemas relacionados às questões de raça na escola, são reduzidos aos problemas sociais.

Os fatores sociais apontados pelas professoras para identificar os conflitos existentes entre alunos/as demonstram que as mesmas têm dificuldade de assumir as tensões étnico-raciais presentes no ambiente escolar. Deste modo, acabam contribuindo para a permanência de manifestações preconceituosas no cotidiano escolar entre os diferentes alunos/as e adultos/as.

Diante de contexto semelhante, Cavalleiro (2001) defende uma educação antirracista para a construção da qualidade do ensino brasileiro para todas as crianças negras e não negras. De acordo com a autora, uma educação antirracista reconhece as desigualdades raciais e é calcada na informação e no questionamento crítico dessas desigualdades, e também aos problemas relacionados ao preconceito e à discriminação, presente no ambiente da escola.

Ainda segundo Cavalleiro (2001, p. 157),

Uma educação antiracista prevê necessariamente um cotidiano que respeite, não apenas em discurso, mas também em prática, as diferenças raciais. É indispensável para a sua realização a criação de condições que possibilitem a convivência positiva entre todos. Toda e qualquer reclamação de ocorrência de discriminação e preconceito no espaço escolar deve servir de pretexto para reflexão e ação. As vítimas e os protagonistas dessas situações não são culpadas por tais acontecimentos, visto que são resultantes das relações em nossa sociedade.

Uma educação pautada em práticas democráticas e não preconceituosas implica no respeito e reconhecimento do direito à diferença, também as raciais, no cotidiano escolar.

Assim, a escola assume um papel importante na formação para as relações étnicorraciais porque é um espaço onde os diferentes interagem e convivem e é um espaço privilegiado para a aprendizagem dos princípios de convivência democrática e inclusiva, principalmente porque é na escola que se sistematizam os conhecimentos sobre o mundo, a realidade e sobre nós mesmos e os outros.

Referências Bibliográficas

- CANDAU, Vera Maria (Org.) **Sociedade, educação e cultura(s):** questões e propostas. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002
- CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Cultura (s) e educação: Entre o crítico e o pós – crítico.** Rio de Janeiro, DP&A, 2005.
- CANDAU, Vera Maria e MOREIRA, Antonio Flávio(Orgs.). **Multiculturalismo e educação: desafio para prática pedagógica.** In: Multiculturalismo diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CARVALHO, Marília Pinto de. **Por que tantos meninos vão mal na escola? Critérios de avaliação escolar segundo o sexo.** 30ª reunião anual da Anped, 2007, GT 14. Disponível em < www.anped.org.br > .
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo e preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2003. 2ª edição.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo.** In: coleção para todos: SECAD- Secretaria de

Educação- MEC – Anped. Diversidade na educação: reflexões e experiências. Brasília, 2003.

CAVALLEIRO, Eliane. **Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor.** IN: Eliane Cavalleiro (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola.** São Paulo: Summus, 2001.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA. Brasília: MEC, 2004.

FLEURY, Reinaldo Matias. **Intercultura e Educação.** Revista Brasileira de Educação. Maio/jun/jul/ago, 2003, n. 23.

HANSEBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005. 2ª Edição

IPEA- POLÍTICAS SOCIAIS – ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE – Edição especial, nº. 13 (1995-2005) IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007. Disponível em <www.ipea.gov.br>.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico.** São Paulo: Cortez, 2001.

MCLAREN, Peter. **Pela abolição da brançura.** (entrevista) Revista espaço acadêmico- n.32 – Jan. 2004 – mensal p. 1.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Estatísticas educacionais e cor/raça na educação infantil e no ensino fundamental.** Estudos em avaliação educacional. São Paulo, v.17, n.33, p.15 -42, 2006.

SALES, Augusto Santos. **A Lei nº 10639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro.** In: Coleção Educação para Todos. Secretaria de Educação- SECAD. 2005